

9. Gênero, sexualidade e envelhecimento miradas pós-críticas em educação

Fernando Pocahy

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

POCAHY, F. Gênero, sexualidade e envelhecimento: miradas pós-críticas em educação. In: PAIVA, J., comp. *Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019, pp. 189-203. Pesquisa em educação/Educação ao longo da vida series. ISBN: 978-65-990364-9-1. <https://doi.org/10.7476/9786599036491.0010>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

9

Gênero, sexualidade e envelhecimento: miradas pós-críticas em educação

Fernando Pocahy

Múltiplos discursos e uma trama complexa de sujeitos sociais e instituições participam das disputas sobre os significados e as políticas em torno do envelhecimento no Brasil na atualidade.¹ Apesar de alguns esforços associativos, vasta e diversificada pesquisa acadêmica,² além de ações governamentais variadas (hoje em franca derrocada), poucas são as certezas sobre os rumos da velhice nos múltiplos Brasis de hoje.

Das poucas garantias que temos para um cenário de incertezas, aponta apenas aquela garantia de que somos um país cuja população alcança longevidade a passos largos, tendo a expectativa de vida atingido atualmente a faixa de 75,44 anos (média geral, incluindo-se homens e mulheres), quando há menos de quinze anos estimavam-se os 69,83 anos para a média nacional (IBGE, 2016). Em 2000, o percentual de pessoas acima de 65 anos no Brasil era de 6%. Em 2017, chegamos a 8%.

1. Este trabalho está situado no campo de problematizações que venho empreendendo a partir de projetos de pesquisa financiados pelo CNPq (Edital Ciências Humanas e Sociais, 2015-17); pela Faperj (JCNE, 2014-18) e através do Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística (Prociência 2015-18).

2. Especialmente em relação aos estudos de gênero e envelhecimento, já no final dos anos 1980 observa-se produção importante (Debert e Doll, 2005).

Uma primeira e rápida interpretação sobre esse cenário e sobre os dados demográficos vem sendo amplamente difundida nos seguintes termos: o número de pessoas idosas no Brasil avança em proporções geométricas com impacto social e econômico. Os tecnocratas e os golpistas da previdência adoram essa enunciação, mas não aceitam abrir os sentidos das palavras “social”, tampouco arriscar o significante “econômico”.

Assim sendo tal racionalidade a disputar hegemonia, outra chave analítica (minoritária) diria que nossas respostas governamentais vêm sendo simplificadas pela aritmética neoliberal, cujo cálculo perverso é infla(ma)do de enunciações a culpabilizar e excluir a população idosa, através do sequestro de direitos.

A cada dia e a cada nova tentativa de “reforma” sobre as políticas de previdência e assistência a idosos e a idosas, ampliam-se ataques à cidadania de pessoas que fizeram de nós um país complexo e rico em suas diversas culturas, sua história, seu patrimônio público. Impacto também sobre os desafios educacionais, pois certamente uma população longeva requererá novas apostas em termos de políticas públicas em educação, trabalho, assistência...

No entanto, diante da certeza de que os índices de longevidade se encontram cada vez mais crescentes, equiparando o quantitativo de idosas/os à presença de jovens (assim como em outros países em desenvolvimento — no Brasil, o número de idosos equipara-se já ao número de crianças nos lares), a emergência da população de pessoas “velhas” não exporia apenas os efeitos estruturais de um suposto peso ao sistema previdenciário ou outras mazelas da racionalidade economicista — como aquelas que impõem custos pesados à saúde ou à assistência, por exemplo. A trama do envelhecimento é mais complexa que aquela do cálculo estatístico (a ciência estatística) governamental neoliberal, muito embora a inclua.

A razão de Estado, explicitamente amante do neoliberalismo, é, antes de tudo, uma política de subjetivação e indica como nos

governamos a nós mesmas/mesmos diante das formas de governamento (Foucault, 1984) — a forma como cada um/a conduz a si mesmo, diante do governo de outrem, seja este outrem sujeito ou instituição. Os resíduos dessa subjetivação podem ser encontrados no profundo desprezo cultural pela velhice e ao ódio à diversidade, capturados ainda pela noção de jovialidade como estilo de vida normativo e a ser vivido por toda a vida e como sinônimo de uma vida bem-sucedida — de tal forma bem-sucedida que não oneraria o Estado. No entanto, um parêntese na crítica geracional: a palavra jovialidade aqui é paradoxalmente usada, pois ao mesmo tempo em que se exalta a plástica e a vitalidade juvenil, não restam formas de controle, tutela e precarização das juventudes, sobretudo aquelas marcadas por classe e raça... ampliada agonia em outras intersecções de marcadores, como diversidade de gênero e sexual, localidade etc.

Efetivamente sabemos que não somos “naturalmente” dotados do desprezo pela velhice. Nesta mesma posicionalidade, é evidente que nós aprendemos isso no jogo da cultura — em nossas instituições (como na escola, por exemplo), práticas culturais (tv, cinema, literatura, música, desporto, mídias) e, sobretudo, a partir das políticas de governo (e suas campanhas). Ressalto que educação escolar e políticas públicas de governo são tomadas como políticas de subjetivação. E, por isso, aproveito para colocar em questão: o que ensinamos-aprendemos na escola sobre envelhecimento? O que nossos artefatos culturais — currículo, por exemplo – dizem/fazem falar sobre a marca geracional da velhice? Ainda aquela representação doce e asséptica da vovó ou do vovô? Sem marca racial, regional, deficiência, gênero, sexualidade etc. Quais posições de sujeito são engendradas no currículo escolar (currículo vivido, prática de significação cotidiana), por exemplo, em que as representações da velhice tomem sentidos reais e mais próximos da vida das pessoas — de carne e osso? Que condutas e

contracondutas se estabelecem no jogo da produção de subjetividades marcadas por gênero, raça, idade, localidade etc.?

Compreendo que educar envolve outros processos e instâncias da sociedade, incluídos aqui o cinema, a literatura, as políticas públicas, as quais funcionam através de “processos educativos [que] envolvem estratégias sutis e refinadas de naturalização que precisam ser reconhecidas e problematizadas” (Meyer, 2012, p. 17). Essa compreensão nos leva a problematizar a articulação estreita entre razão econômica como elemento de orquestração de uma (bio)norma e de uma política de abjeção (de exclusão do campo representacional do possível) em nossa cultura.

Isto é, a produção do desprezível, do ignóbil, está intrinsecamente relacionada aos jogos de verdade que forjam e ficionam/fabricam realidades, desejos, modos de ser, através de uma racionalidade econômica, produzida e que se produz notadamente desde a noção forjada de um indivíduo útil, dócil e produtivo em interpelações cotidianas. E, por ser cotidiana, certamente, vê-se em possibilidade de recusar, negociar, reinventar-se... em múltiplas e inusitadas táticas, trampolinagens nas representações-vida.

Mas a interpelação está aí, e se ela efetivamente não tem o poder de nos paralisar ou capturar de uma vez por todas, ela nos convoca em agência — não como aquilo do qual supostamente seríamos natural ou essencialmente dotados/as, mas naquilo que se coloca como o dentro-fora — exterior constitutivo — que nos colocaria em posição de agir. Contingência discursiva produzindo afecções, dobras — éticas, estéticas e políticas.

Diante da incerteza sobre como se dariam essas *aprendizagens-ensinanças* e de como se arranjaríamos os termos discursivos dos jogos de interpelação ao produzirem posições de sujeito, nossos desafios na pesquisa acadêmica em educação se deslocam das noções clássicas de lugares localizados para ensinar e aprender. É, portanto, da alçada da educação contribuir para as formas de

problematização de questões como o envelhecimento, como uma experiência política e cultural, assim como o são gênero, raça, sexualidade que se aprende-ensina em diversos espaços-tempos da vida, no/com o cotidiano.

Deito meu pensamento com o desassossego e com as provocações que duvidam, questionam, duelam, rasuram o envelhecimento como produto de um argumento científico estreitado pelo campo biológico ou de essencialismos teóricos e afirmo que problematizações éticas, políticas e estéticas funcionam aqui na articulação entre envelhecimento e educação como modo específico (e não geral) para que possamos interrogar pelo tom dogmático de certas formas de produzir conhecimento, assumindo um movimento avesso aos de “funcionários da verdade”, como diz Foucault (1996). Isto é, uma posição que tensiona e se insere no debate das/com as políticas de conhecimento e seus processos de subjetivação no âmbito da cultura. E entendo que, de forma articulada, e como questão mesma da cultura que estamos produzindo para nosso tempo, há uma racionalidade econômica sobre a velhice que investe em simplificações sobre os processos que nos produzem naquilo que pensamos e dizemos ser.

Nossas perguntas sobre o envelhecimento e a educação se colocam, assim, desde miradas pós-críticas (Meyer, 2012) comprometidas com a posicionalidade produzida pelas alianças com o campo dos estudos de gênero, raça e sexualidade em uma mirada interseccional (acompanhando os pontos de interpelação sobre as posições que os sujeitos ocupam). Uma esteira de tensionamentos de determinados códigos de dominação e, ao mesmo tempo, uma política de assunção de certos modos de desver o mundo (como diria Manoel de Barros).

Aqui, “modos de (des)ver”, no plural, é romper com uma leitura totalizadora, com uma verdade sobre a vida. Isso significa colocar em movimento a pergunta de Donna Haraway (1995, p. 25),

quando aborda os saberes localizados, questionando-se: “com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?”

Fujo, assim, da vulgata pergunta sobre quem paga a conta da previdência (como se esses/as idosos/as já não tivessem o feito e como se nós não estivéssemos contribuindo substancialmente para isso). Nossos problemas com o envelhecimento têm “sangue nos olhos”. E, por isso, visibilizamos os caminhos mais ardilosos e sutis de seu trato contemporâneo no atual estado de exceção em que nos encontramos, pois são veiculados de forma difusa em um jogo enunciativo perverso. Jogo esse que é sempre prolixo em afirmar que a velhice é algo desprezível, mas que pode ser também uma fonte para as práticas de consumo em uma rede diferenciada (serviços, tratamentos, processos educacionais etc.). Isto é, na trama de gestão da vida através do controle das suas idades/fases, somos apresentadas/os a um amplo cardápio para bem-viver a velhice (e todas as outras fases da vida, certamente) ou, em outros termos, para recusarmo-nos aos antigos modos de envelhecer. Mas isso corresponde a qual estrato da população?

As novas e emergentes representações sobre as pessoas idosas convivem com os antigos dilemas de uma fase da vida considerada problema social e familiar, associada aos possíveis altos custos com a saúde que a velhice “mal planejada” e/ou os supostos infortúnios das crises intergeracionais trariam.

Se o cálculo passa a incluir a obrigação de envelhecermos bem e com saúde, o resultado de qualquer recusa à biopolítica geracional imputaria a culpa por todo e qualquer um de seus infortúnios às/aos que não construíram uma vida saudável. Assim, dizem, então, os baluartes da (bio)política neoliberal: que paguem o preço da displicência com seus erros do passado.

Diante de uma racionalidade biopolítica emergente no cenário contemporâneo e de suas novas demandas culturais e tecnológicas (cabe dizer que a tecnologia é um produto cultural),

o corpo passa a ser emblemático da disputa social pelos significados atribuídos a lugares e espaços-tempos por onde a velhice pode ou não ser concebida.

As evidências de nossa “aparência geracional” nos movimentariam constantemente no jogo da interpelação sobre o que poderia ou não uma pessoa com a idade que leva/aparenta. Isto é, o corpo faz-se tela das disputas culturais e políticas em torno dos estilos de bem-viver (não somente em relação às/aos idosas/os, mas também às infâncias, às juventudes...).

Se, em muitas instâncias de nossa cultura, o corpo idoso permanece exposto à tutela e à vigilância, de outra parte é convidado a dar mais de si, tanto na cama (no sexo) quanto nos roteiros de viagens, academias, clubes e diante da nova cosmética do envelhecimento (ao que estamos entendendo como o conjunto de práticas de re/vitalização do corpo, que incluem novas imagens corporais do envelhecimento, inspiradas nos modelos juvenilizados).

Junto a isso, é convocado a seguir trabalhando mais tempo — como propõe o atual projeto governamental que subtrai direitos, a partir de uma reforma previdenciária de princípios ultraneoliberais. As campanhas e imagens dessa discussão são apelativas à ideia de que a velhice contemporânea seria mais ativa e saudável e que as pessoas teriam condições de exercer o trabalho por mais tempo, como mostram imagens da Revista Veja trazendo em capa Mick Jagger envelhecendo de um jeito considerado “ativo” e energético... Talvez, se ele fosse cortador de cana ou professora da rede básica pública no Brasil, não chegaria aos cinquenta anos sem ter passado por muitas dificuldades de saúde.

De toda sorte, Guita Debert e Johannes Doll (2005) alertam sobre as formas de gestão da velhice que incidem sobre uma recategorização do envelhecimento: indicando jovens idosos, idosos e idosos velhos. Teríamos não mais uma terceira idade, mas uma quarta, quinta... e quanto mais adiantada, mais dramática a

situação, porque não sabemos o que fazer com sujeitos que apresentam restrições cognitivas e de mobilidade, por exemplo.

Diante disso, estou convencido de que a presença de pessoas idosas redefine os termos em que uma sociedade pode ser pensada, inclusive nos ensinando novas formas de construir racionalidades econômicas e de reescrever as políticas de Estado. Arrisco dizer que o “fio da navalha” dessa nova realidade social é amolado na pedra fundamental amalgamada por violências e exclusão históricas que nos definem como uma nação de muitas faces de desigualdades, onde ainda hoje algumas vidas são posicionadas como dignas e merecedoras de serem vividas e outras não.

Há certo consenso de que somos uma sociedade idosofóbica, mas essa forma de abjeção e ódios assume mais consistência articulada aos discursos sexistas e racistas e desde a regionalidade por onde o discurso se (re)territorializa. Talvez, por isso, não se reconheça a violência a que estão submetidos travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais idosas/os, pessoas vivendo o avesso da dignidade humana — não sujeitos, vidas que não importam. Vidas como a de travestis que muito dificilmente conhecem a velhice, pois são mortas em média aos 35 anos.

Vidas interpeladas como abjetas, vidas precárias (Butler, 2005). A sociedade brasileira tutela, humilha e constrange as pessoas na velhice e mais violentamente ainda a partir da intersecção com os marcadores de raça, classe, deficiência, local/região de moradia, gênero e sexualidade ou promove a velhice, a partir do reverso desses marcadores. Assim, reforçam-se as marcas da heteronormatividade (Louro, 2009) e da branquitude na experiência do envelhecimento, interseccionadas com outros marcadores de identidade e diferença, tornados marcadores de desigualdade.

Em nossa nação, supostamente alegre e disposta, mas nada cordial, abaixo da linha abissal do Equador o diferente é sempre o outro — é onde as diferenças tendem a ser neutralizadas, tornadas desigualdades.

Porém, se as imagens da velhice portam marcas evidentes do preconceito, discriminação e seguem tuteladas por hierarquias sociais, elas também vêm acompanhadas de resistências que desafiam as práticas regulatórias e as representações normativas. Algumas problematizações acionadas no campo da pesquisa em ciências humanas e sociais brasileira vêm se esforçando para a compreensão dos processos de significação e práticas sociais envolvendo a aprendizagem e o ensino dos modos de ser idoso e de ser idosa, acompanhando a agonística social e cultural que define a velhice (aqui especialmente na relação com a diversidade sexual e de gênero).

Estes esforços parecem estar bastante atentos à produção discursiva da exclusão e às negociações colocadas em marcha nas múltiplas instâncias de nossa sociedade e pelos seus atores sociais. Muitos estudos vêm tomando a cultura como elemento central nas experiências e experimentações epistemológicas, especialmente na antropologia, sociologia, psicologia social e educação — áreas de maior produção acadêmica sobre o tema. E a educação tem um especial desafio aqui, para além da tutela do idoso.

Uma provocação-questão proposta por Rose-Marie Lagrave (2009) movimenta produtivo tensionamento sobre quais vozes reivindicativas se escutam quando o corpo oferece os primeiros sinais da velhice (ou quando a interpelação da velhice se faz presente), a partir de uma forma desconstrucionista, juntamente com as leituras interseccionais. Isto é, quando se diz “meu corpo me pertence”, “meu corpo é político”, quais são os corpos que têm visibilidade e são reivindicados nas políticas de reconhecimento?

A interpelação da velhice é forma enunciativa a produz posições de sujeito, tramá-lo em uma rede discursiva complexa, colocando não a gestão da vida como elemento de preocupação central de certas políticas, mas a sua normatização. Acompanhar seus efeitos em termos de materialidades discursivas pode nos

possibilitar a ampliação das formas de enfrentamento às práticas discriminatórias e à exclusão social. A velhice, desse modo, não pode ser entendida como uma experiência prontamente compartilhável (ou um referente populacional puro — significante transcendental), reduzida a uma palavra, imagem, representação única. Ela em si mesma “não existiria” senão como ficção discursiva, política e cultural situada em jogos específicos de saber-poder. Logo, como experiência fabricada em nossos espaços-tempos de saber-poder, como disputa no plano do discurso, a velhice é performativa — é através de rituais linguísticos, repetições e recitações que ela assume certo caráter de real inquestionável, abrindo espaço para a ficção/fabricação da norma e para a regulação social e política desses corpos ditos idosos/velhos.

Diante dos rastros dos jogos de verdade (Foucault, 2001) que definem novos lugares sociais para as idosas e os idosos, uma nova velha-nova questão passa a ocupar o imaginário cultural e político nacional (e global), reposicionando e redefinindo uma “suposta” nova população a ser gerida: trata-se da sexualidade como uma questão para a velhice. Não do ponto de vista de certa liberdade sexual, mas relacionada à obrigação de exercer a sexualidade, esta promovida de modo articulado às boas práticas em saúde, ao estilo de vida saudável. Sexualidade e velhice tornam-se amantes de um processo cultural a ser apre(e)ndido em novos termos linguísticos — “sexo é vida”, conclama a indústria de serviços e medicamentos, assim como certas políticas específicas para a população idosa...

Com os esforços para compreender e oferecer melhores condições de vida para as novas gerações de brasileiras e brasileiros vivendo a interpelação a outros modos de envelhecer, a articulação com gênero, raça, localidade, deficiência e sexualidade ainda se encontra tímida ou mesmo assombrada por fundamentalismos religiosos, científicos ou políticos. De certa forma, discutem-se as

diferentes expectativas de vida relacionadas a homens e mulheres (como se todos fossem heterossexuais ou cisgêneros),³ informando-nos os limites corporais como tela do gênero, mas ligados às representações binárias e heteronormativas.⁴ Pouco ou quase nada sabemos sobre formas e experiências dissidentes a essa norma. Muito embora, hoje, no campo educacional da educação de jovens e adultos (EJA), tenhamos lindas experiências de cursos preparatórios para o vestibular para pessoas trans... pessoas que foram expulsas da escola por uma marca que contestava a imposição de gênero e de sexualidade, articulada certamente a marcadores de classe e raça.

Ao se mobilizarem esforços de pesquisa em torno da temática do envelhecimento, gênero e sexualidade em interseccionalidades no campo da educação, isso significa promover um plano privilegiado na compreensão das formas de produção de processos de significação cultural e de práticas pedagógicas para a aprendizagem e o ensino dos modos como nos tornamos sujeitos de uma dada cultura (Meyer, 2012). O argumento de Johannes Doll, Anne Carolina Ramos e Carolina Stumpf Buaes (2012, p. 10) amplia a discussão:

É importante lembrar que a questão da pedagogia também está relacionada a discussões culturais. Hoje é possível pensar em uma gama de lugares de aprendizagem, tais como a mídia, a cultura popular, o cinema,

3. Como afirma Viviane Vergueiro (apud Leila Dumaresq, 2014) a cisgeneridade pode ser entendida “[...] como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão. A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada decolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgeneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc.” (s/p).

4. A heteronormatividade é entendida aqui como reprodução compulsória da heterossexualidade e das formas de vivenciá-la como padrão a todas as outras práticas da sexualidade e expressões de gênero (Louro, 2009).

a publicidade, as comunicações de massa e as organizações políticas e religiosas (Giroux, 1995). Essas esferas produzem imagens e saberes sobre a velhice que operam como dispositivos pedagógicos (Fischer, 1997), subjetivando os sujeitos e produzindo modos de identificação e compreensão de si e do mundo. As imagens orientam expectativas, valores, percepções e comportamentos, produzindo saberes e identidades por meio dos discursos que elas colocam em circulação.

Portanto, se múltiplas gerações em diferentes grupos e estratos sociais, e os dilemas entre as formas de produção de identidade e diferença nos convocam a repensar ou revisitar nossos modos de pensar a velhice, igualmente o são também os desafios éticos, estéticos e políticos que pedem passagem e lugar na pesquisa acadêmica. Quais são as representações possíveis do envelhecimento movimentadas em nossas políticas educacionais? O que aprendemos-ensinamos sobre envelhecer e como representamos ou não a intersecção de gênero, sexualidade e raça, sobre a forma como nossa cultura envelhece? Como representamos o envelhecimento nos distintos artefatos culturais que povoam a escola, por exemplo, e ou outros espaços de educação dita não formal ou espaços de circulação de outras pedagogias? (Meyer, 2012). E como imaginamos as/os idosas/os que acessam equipamentos sociais e que circulam pelas cidades? Nós as/os lemos por quais lentes? As nossas ou as delas e deles?

Essas questões não são novas, tampouco extraordinárias, mas elas nos apontam para os múltiplos fluxos sociais e culturais envolvendo as novas gerações de idosas e idosos. Somos então convocadas/os a refletir sobre os processos educativos e as práticas culturais mobilizadas na produção de subjetividades na cena contemporânea, da mesma forma em que somos interrogados pelas problematizações que derivam dos desafios e contestações sobre

os ideais regulatórios de gênero e sexualidade.⁵ Associo-me aos argumentos de Doll, Ramos e Buaes (2015, pp. 10-1):

O trabalho educativo pode desconstruir o estereótipo da velhice como algo necessariamente vinculado à fragilidade, à pobreza e à vulnerabilidade, produzindo novas imagens e novos saberes em relação aos velhos. Atualmente, as identidades de gênero, sexualidade e etnia são temas centrais no campo da Educação. Em uma sociedade em rápido envelhecimento, onde até cinco gerações podem conviver numa mesma família, a constituição das identidades geracionais são problematizações imprescindíveis, que precisam entrar na pauta do debate educacional.

E, com isso, reafirmo a certeza de que a diversidade sexual e de gênero e a velhice são produções culturais e, por isso mesmo, políticas — são/fazem parte do modo como pensamos-disputamos as coisas desse mundo e nesse mundo. Elas não são fatalidades morais ou normativas. Elas se colocam, por outro lado e no avesso da norma, justamente como mais uma possibilidade de fazermos de nossas vidas outra coisa com o que nos ensinaram sobre o que é uma vida que pode ser vivida. Por isso, a urgência acadêmica por pesquisas que possam apontar para os movimentos de desconstrução de certas aprendizagens-ensinanças que estão se impondo no jogo das políticas de subjetivação em tempos de ultraconservadorismo e fortalecimento das políticas neoliberais de ação econômica, incidindo diretamente sobre a cultura e notório ataque ao estatuto da democracia brasileira. Sou partidário e a forma como produzo pesquisa toma partido de que não haverá

5. Em minha tese de doutorado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS e vinculado ao GEERGE – Grupo de Estudos em Educação e Relações de Gênero em 2011, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Guacira Lopes Louro), produzi estudo sobre significações de corpo e erotismo e pedagogias de gênero e sexualidade a partir de práticas dissidentes de gênero e sexualidade, a partir de espaços de sociabilidade produzidos por homens gays idosos (Pocahy, 2017).

democracia sem igualdade de gênero, racial, geracional... ou enquanto a diferença for letal, enquanto ela não funcionar apenas no sentido de diferir, tornar-se outra.

Ao ensaiar apostas sobre as possíveis demandas e contribuições do campo dos estudos pós-críticos em educação, notadamente aqueles que se movimentam em articulação com os estudos decoloniais, feministas e queer interseccionais, pondero que a democracia não encontrará efetividade enquanto nos movimentarmos em um projeto de sociedade racista, heterocissexista e idosofóbico. Sempre é tempo de aprender-ensinar... a questão é: o que nosso tempo/instituições querem que aprendamos? O que querem que nos tornemos? No que estamos nos tornando? O que desejamos fazer de nós mesmas/os e o que desejamos fazer das/os outras/os?

Referências

- BUTLER, Judith. *Humain, inhumain. Le travail critique des normes*. Entre-tiens. Paris: Éditions Amsterdam, 2005.
- BEDERT, Guita G. e DOLL, Johannes. “Entrevista com Guita Debert”. *Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento*, n. 7, Porto Alegre, 2005, pp. 101-16.
- BRASIL. IBGE. *Projeção da população do Brasil e das unidades da federação*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em 10 ago. 2016.
- DOLL, Johannes et al. “Apresentação – Educação e Envelhecimento”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 40, n. 1, pp. 9-15, mar. 2015.
- DUMARESQ, Leila. *O cisgênero existe*. Disponível em: <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>. Acesso em 20 jun. 2016.
- FOUCAULT, Michel. “Le souci de la vérité”. In *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001 [1984].
- HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, v. 5, pp. 7-41. Campinas, 1995.

- LAGRAVE, Rose-Marie. “Ré-enchanter la vieillesse”. In *La tyrannie de l'âge. Mouvements*. v. 59. Paris: La Découvert, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. “Heteronormatividade e homofobia”. In JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. (Coleção Educação para Todos).
- MEYER, Dagmar Estermann. “Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica”. In MEYER, Dagmar Estermann e PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs.). *Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação*. Belo Horizonte: Mazza Ed., 2012, pp. 47-61.
- POCAHY, Fernando Altair. *Entre vapores e dublagens: dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento*. 1 ed. Salvador: Ed. Devires, 2017.
- POCAHY, Fernando Altair e DORNELLES, Priscila Gomes. “Gênero, sexualidade e envelhecimento: mapeando a pesquisa e a intervenção social LGBT no Brasil”. *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability*, v. 1, pp. 124-38, Porto, 2017.
- POCAHY, Fernando Altair e DORNELLES, Priscila Gomes. “Gênero, sexualidade e envelhecimento: uma abordagem pós-crítica na educação”. 38ª Reunião Anual da ANPED. São Luís / MA, 2017. Disponível em http://38reuniao.anped.org.br/programacao/2010?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=26. Acesso em 20 jun. 2016.